

# **Da religião à magia: Diálogos possíveis entre Malinowski, Mauss, Durkheim e Lévi-Strauss**

**Duvan Escobar**

PhD Antropologia Social  
Unicamp-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.  
duvanrme@gmail.com

## **Resumo**

Este artigo examina a relação entre religião, magia e totemismo com base nas perspectivas de Malinowski, Durkheim, Mauss e Lévi-Strauss. Superando os enfoques evolucionistas, esses autores desenvolveram abordagens que destacam a complexidade da ordem ontológica e da organização social das sociedades não ocidentais. Os sistemas religiosos são destacados como elementos-chave que ajudam a compreender a transição das crenças individuais para instituições sociais e normas coletivas. Mostra-se como o totemismo opera através de representações simbólicas, princi-

palmente de animais e plantas, que estabelecem uma ordem classificatória. Expõe-se que através do totemismo, as sociedades criam normas que restringem as ações individuais e promovem alianças entre os grupos diversos, ampliando os laços de parentesco. Essas características refletem a lógica classificatória e a bricolagem presentes no chamado «pensamento selvagem».

*Palavras-chave:* Totemismo; Religião; Parentesco; Bricolagem; Pensamento selvagem.

## Abstract

This paper explores the relationship between religion, magic and totemism through the analytical perspectives of Malinowski, Durkheim, Mauss and Lévi-Strauss. Going beyond evolutionary approaches, these authors proposed approaches that privilege the ontological complexity and social organization of non-Western societies. Religious systems are highlighted as a fundamental axis for understanding the transition from individual beliefs to collective social and normative institutions. It is highlighted how totemism operates through symbolic representations, mainly of

animals and plants, establishing classificatory dynamics. It is proposed that through totemism societies create norms that restrict individual actions, promoting alliances between diverse groups, facilitating the extension of kinship ties. This aspect is reflected in the logical classificatory system and in the so-called bricolage in which the so-called «savage mind» is structured.

*Keywords:* Totemism; Religion; Kinship; Bricolage; The savage mind.

## Resumen

Este artículo explora la relación entre religión, magia y totemismo a partir de ideas y análisis encontrados en las obras de Malinowski, Durkheim, Mauss y Lévi-Strauss. Buscando superar los enfoques evolucionistas y animistas, heredados del siglo XIX, estos autores propusieron abordajes que resaltan complejidades de orden ontológico y en la organización social de sociedades no occidentales. Los sistemas religiosos son destacados como elementos claves que ayudan a comprender la transición de modos individuales para instituciones sociales y normas colectivas. Se evidencia como el totemismo opera a través de representa-

ciones simbólicas que aluden a animales y plantas, derivando en un orden clasificatorio. Se exhibe como, a través del totemismo con extensión a otros sistemas religiosos, las sociedades crean normas que restringen las acciones individuales y promueven alianzas entre grupos diversos, ampliando los lazos de parentesco. Esas características reflejan la lógica clasificatoria y el bricolage desarrollados por Lévi-Strauss.

*Palabras clave:* Totemismo; Religión; Parentesco; Bricolage; pensamiento salvaje.

## Introdução

Como entender as sociedades «primitivas»? É talvez uma das primeiras questões colocadas pelos primeiros teóricos que contribuíram para formar as bases e surgimento da antropologia como disciplina. O termo primitivo, em essência, provém do latim *primitibus*, concernente à descrição de algo ou alguém do qual não antecede mais nada, ademais, se refere àquilo que não toma origens comuns. Em outras palavras, pensar em uma sociedade primitiva, poderia consistir em tentar dar lugar a uma sociedade desconhecida e diferente ou que não têm origens comuns à nossa, a ocidental. Nesse sentido, a preocupação inicial da antropologia foi compartilhada com outras áreas inscritas na biologia, física e psicologia, ademais da geografia, que já vinham olhando para além de ocidente. Contudo, a categoria *primitivo*, apesar de não representar etimologicamente um conflito, politicamente teve implicações diretas, ajudando a fortalecer a premissa de que tudo o que está fora do primeiro mundo, seria inferior.

O primeiro período da antropologia, de meados até finais do século XIX, se caracterizou pela influência do contexto científico da época: interpretações baseadas no evolucionismo e a seleção natural das espécies (Darwin, 2014[1859]). Foi através de uma junção com os centros de física e geografia vinculados à British Association for the Advancement of Science, que a antropologia emerge, centrando seus interesses em acessar e analisar as populações nativas das regiões vinculadas à coroa britânica (Stocking, 1987). Em outras palavras, as áreas de conhecimento científico foram incentivadas pelos sistemas políticos coloniais que buscavam se consolidar em regiões da África e o Pacífico. O império financiou múltiplas expedições naturalistas que incluíram descrições de povos nativos, sendo dali que os primeiros teóricos beberam para analisar as configurações sociais dos chamados «primitivos». Essas análises serviram aos interesses da ciência, mas principalmente, aos interesses políticos e econômicos do império britânico, como demonstra Leclerc (1973).

Por outra parte, a influência darwinista serviu como alicerce para entender a cultura como agência inerente à natureza, o qual permitiu definir que povos nativos africanos, ameríndios e do Pacífico estariam na base de uma linha progressiva expressada na *evolução cul-*

*tural*. Os trabalhos de Edward Tyler (2016[1871]) e Lewis Morgan (1985[1877]) constituem alguns dos pilares que deram forma à antropologia do período vitoriano.

É a partir do século XX que pode-se falar de uma antropologia mais focada em si. Em outras palavras, uma área de estudos sociais que progressivamente foi ganhando sua própria metodologia acompanhada de propostas teóricas alheias à tradição científica naturalista (Escobar, 2022). O qual proporcionaria uma eventual independência da disciplina, vindo a superar o enfoque evolucionista que outorgava uma visão dos povos nativos como sociedades arbitrárias, em processo de desenvolvimento; adotando enfoques que equalizaram as culturas, ou melhor, propuseram a existência de uma organização social lógica em todas as sociedades humanas.

Durante a primeira metade do século XX, correntes como o culturalismo representaram um ponto de inflexão, dando lugar a abordagens que visavam dar relevância à particularidade das sociedades nativas. O chamado *relativismo cultural* emergiu entre sociólogos e antropólogos norte-americanos, tendo como maior expoente a Franz Boas (1995[1910]; 2014[1927]). Tomou força também a corrente funcionalista, proposta por Bronislaw Malinowski (2018[1922]; 1990[1944]), onde se entendia que a cultura era produto da necessidade de satisfazer as necessidades humanas. Partindo de que em qualquer grupo os humanos experimentam necessidades e desenvolvem formas para lidar com elas, seria possível desenvolver um enfoque que permitisse observar de forma universal qualquer sociedade.

Com a exceção do relativismo cultural, os antropólogos da primeira metade de século XX compartilharam a ideia de um modelo que permitisse ser aplicado a qualquer grupo social, Mauss (2003[1934]) deu especial atenção à corporalidade e como a partir da replicação de hábitos se configura a *tradição*. Ademais, a dádiva e a religião ocuparam grande parte da sua análise, sempre a partir de uma óptica generalizada onde fosse possível entender como se molda a sociedade. Durkheim (2012[1912]) optou por dar ênfase à religião, entendendo-a como expressão da vida social. O autor quer entender os fenômenos coletivos que agem como vínculo

normativo dando forma aos princípios que regulam uma sociedade. Um aspecto importante da sua obra é a atenção que dá aos sistemas totêmicos, usando como referência as sociedades nativas australianas, já que dali iria construir sua base teórica para argumentar que em sociedades não ocidentais o totemismo é a essência da identidade coletiva.

Por último, se apresentam algumas ideias de Lévi-Strauss (2006[1962]) a respeito do totemismo, onde o autor mais do que enfatizar a premissa coesiva que desenvolve Durkheim, irá a dar atenção às formas classificatórias totêmicas como símbolos que permitem pensar a organização social e o parentesco, sendo o fundamento do *pensamento selvagem*. O autor entende os sistemas totêmicos como premissas para o estabelecimento de tabus que irão garantir a proliferação de alianças, o qual poderia ser observado na estrutura de qualquer sociedade humana, independente dos traços culturais.

Apesar da dificuldade que implica relacionar autores e postulados que em alguns casos podem estar muito longe e em outros momentos

ter muita proximidade, se pretende pôr em diálogo as abordagens que Durkheim, Mauss, Malinowski e Lévi-Strauss esboçam a respeito da religião e o totemismo, o qual irá dar luzes sobre o que eles entenderam como organização social, estrutura social e parentesco, entre sociedades nativas. Encontra-se que o totemismo e as classificações totêmicas constituem um tema inerente na obra desses quatro autores, sendo ainda hoje, um eixo de inspiração na análise antropológica da organização social.

Apesar de usar-se vários dos referentes conceituais dos principais trabalhos dos autores mencionados, não se pretende abordá-los na sua totalidade, já que isso implicaria esboçar amplas perspectivas de análise que ultrapassaram os limites deste artigo. Contudo se opta por uma proposta dialógica que para efeitos deste texto, pode levar em alguns momentos a uma dinâmica comparativa. A seguir, o texto irá começar por contextualizar os estudos sobre religião e magia, se valendo da análise sobre o campo cerimonial do *Kula* e *Potlatch*.

## Troca e religião

Pouco depois da ciência antropológica ter emergido, nas primeiras décadas do século passado para ser mais exato, os científicos sociais começaram a considerar em comum, que nos povos aborígenes podem-se encontrar âmbitos políticos, normativos, contratuais, econômicos, religiosos, técnicos, amplamente organizados e complexos, da mesma forma que poderia ser identificado numa sociedade ocidental. Embora a diferença dos sistemas

ocidentais, onde religião, política, economia, já eram considerados campos independentes um do outro; para as sociedades nativas, cada elemento da vida social parecia passar por uma compreensão prática e holística (Ingold, 2000). Podendo-se vincular um âmbito com outro no mesmo contexto, tudo estaria intimamente ligado. Como bem começa declarando Mauss (2013[1925]), no seu ensaio sobre a dádiva:

...existe um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles tudo se mistura. Tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas –até as da proto-história. Nesses fenômenos sociais “totais” como nos propomos chamá-los exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições religiosas, jurídicas e morais –estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo–; econômicas– estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição–; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos em que essas instituições manifestam. (p. 371)

Mauss (2013[1925]) interessa-se em analisar o direito contratual e o regime de prestações econômicas em povos nativos. Analisa alguns aspectos do direito moderno, sem afastar-se das sociedades da Polinésia, Melanésia e do Noroeste americano. Para analisar a economia desses povos, usa o referente do *Potlatch* (Norte da América) e do *Kula* (Ilhas Trobriand).

A análise do autor sobre as economias nativas mostra várias questões interessantes sobre a inter-relação que existe entre clãs e tribos que servem para reavaliar a visão da economia clássica e neoclássica. Em um primeiro

momento é necessário dizer que a economia no modelo de «economia da troca» não se produz necessariamente entre indivíduos, senão que, são coletividades as que intervêm na dinâmica. Daí que, a ideia da troca de bens entre indivíduos seja revalorizada para dar passo a uma troca maior entre grupos, tribos e clãs. Em segundo lugar, não só se trocam bens materiais com um valor de uso. Também —e principalmente— se dão valores fraternais, espirituais e de aliança que influem na concepção que se têm sobre o dado e o recebido. Mauss expressa:

...o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. (2013, p. 462)

Essa premissa permite inferir que os povos nativos não fazem só uma troca de bens, senão que, o valor material se mistura com a conotação simbólica da amizade e a concepção espiritual que eles agenciam sobre cada objeto. Assim a economia, a religião, o caráter moral e o ritual permanecem vinculados numa mesma atividade.

Além disso, mostra-se que no exercício da economia da troca, para povos como os do *Potlatch* todo pode entrar na troca, desde pessoas até seus rituais, tudo se dá de maneira voluntária e como presente. Embora, aqui entra um fator importante que ajuda a entender os laços simbólicos que vinculam a um e outro grupo: dar um presente de forma voluntária implica que a outra parte que recebe —e sempre deve receber— deve retornar esse gesto com outro presente em outro momento. Isso constitui uma lógica de reciprocidade que a princípio se mostra como voluntária, mas no fundo implica um caráter de obrigatoriedade, quem recebe não pode deixar de retornar. Essa lógica (de receber e retornar) é o que Mauss vai chamar de sistema das prestações totais (Mauss, 2013, pp. 194-200).

Para Malinowski (2018) —ainda que fale que a troca se faz entre pessoas, o que sugere a ideia de indivíduo— a economia da troca também é um processo organizado que possui regras e normas que delimitam as ações a seguir. Ele desenvolve um amplo trabalho de campo em Papua Nova Guiné, onde toma como referên-

cia o *Kula* para seu trabalho. Nesse cenário, os índios trocam colares e pulseiras com um sentido de reciprocidade. Quem recebe um colar, retorna uma pulseira e vice-versa. Isso implica uma lógica de troca voluntária, que também é obrigatória, como já se mencionou.

No entanto, diz Malinowski: «No sentido oposto, movem-se os braceletes feitos de conchas brancas, chamados *mwalí*. Cada um desses artigos, viajando em seu próprio sentido no circuito fechado, encontra-se no caminho com os artigos da classe oposta e é constantemente trocado por eles» (Malinowski, 2018, p. 75).

O autor detalha que existe um caráter de reciprocidade, deixando entrever que na atividade podem participar homens específicos que criam uma rede de associados na qual poderão continuar fazendo as trocas. Adiante no mesmo texto, Malinowski vai expressar que as associações estabelecidas para trocas, estão determinadas pelo nível hierárquico que cada pessoa ocupa: uma pessoa com alto nível hierárquico poderá ter dezenas de sócios, mas alguém com pouca influência, terá um número limitado de sócios.

Os benefícios do *Kula* podem ser entendidos pelo privilégio que goza quem possui um objeto relevante. Nesse caso, tem uma grande similitude com a importância que se dá a alguns objetos na cultura ocidental quando foram possuídos por alguém importante ou fizeram parte de um momento histórico

transcendental. Assim, a possessão e o privilégio que supõe possuir um objeto relevante é o que atribui seu valor intrínseco. Diz o autor: «é natural que uma instituição tão intimamente ligada a elementos mágicos e cerimoniais, como o é o Kula, não só esteja assentada sobre um alicerce tradicional muito firme, mas também possua um grande estoque de lendas» (Malinowski, 1973, p. 89).

Essa questão sobre a história ou lendas que podem chegar a conter os objetos, se vincula aos espaços e momentos rituais onde se dá uma atenção específica a cada objeto. Os artigos não são para uso comum: tanto pulseiras como colares são usados em reuniões, festas ou rituais de importância que juntam a comunidade. Malinowski vai além e expressa que, o sentido da troca dos objetos não só se afasta da estimativa do valor material desses, mas também implica uma espécie de oferta de uma parte para com a outra.

Dar um objeto então constitui um presente de um grande valor simbólico, cuja retribuição deve conter o mesmo grau de representação, se quem receber o presente não tiver como retribuir com um objeto da mesma importância, deverá dar presentes progressivos de menor valor, até conseguir oferecer o presente final que se equipara ao inicialmente recebido.

Além dos avanços feitos por Malinowski na etnografia, onde o trabalho de campo passou a ocupar a base de toda pesquisa antropológica. Ele incorporou as bases de uma teoria funcionalista da cultura, argumentando que todos os componentes de uma cultura ou sociedade existem porque têm o propósito de satisfazer as necessidades humanas. Em uma versão mais radical disse que, não existe

componente de uma cultura que não tenha uma função. Desta maneira a noção que tem Malinowski pode ser associar a uma concepção biológica porque concebe a cultura como um organismo e indica o papel desempenhado na manutenção e reprodução desse organismo: «a função não admite ser definida senão como a satisfação de necessidades através de uma atividade na qual os seres humanos cooperam e utilizam utensílios e consomem bens» (Malinowski, 1970, p. 39). Derivadas, das suas condições biológicas, os seres humanos têm necessidades universais diante das quais cada cultura responde de forma particular para satisfazê-las. Existe uma resposta cultural a cada necessidade, o que permite a constituição de instituições específicas cuja função radica em sua satisfação. Para satisfazer suas próprias necessidades, os seres humanos devem procurar uma organização, é com este propósito que se criam as instituições.

Aliás, tanto para Malinowski como para Mauss, a importância simbólica dos objetos trocados determina o valor real e constitui a essência dos processos de inter-relação entre grupos, subgrupos, clãs e tribos. Mauss (2013[1925]) dá algumas orientações mais precisas a respeito quando analisa os conceitos de *Tonga*<sup>1</sup> e *Hau*<sup>2</sup> entre os Maorí: cada objeto dado possui um vínculo direto com seu lugar de origem, assim o indivíduo ou o clã onde se originou o objeto têm parte da sua essência nele. Esta interpretação deixa vislumbrar que para os nativos um objeto se equipara a colocar parte do seu espírito em uma produção material que se baseia numa economia de troca. Receber um objeto sob esta concepção implica uma alta responsabilidade de parte de quem recebe.

...fica mais clara a natureza mesma da troca por dádivas, de tudo aquilo que chamamos prestações totais, e, entre estas, o potlatch. Compreende-se logicamente, nesse sistema de ideias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância; pois aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma. (Mauss, 2013, p. 479)

1. Se refere a todo o que pode ser trocado: tesouros, talismãs, pulseiras, ídolos sagrados, cultos e rituais.

2. É o espírito de cada coisa trocada. Cada objeto possui uma parte de vida ou essência vinda de quem dá o presente.

Este fenômeno abordado por Mauss (2013[1925]) esclarece uma parte da análise sobre o sistema de normas e regras que rege e possibilita a interação entre grupos nativos em Samoa e Nova Zelândia, e os vincula sob uma estrutura de responsabilidades compartilhadas. A ordem em que Mauss e Malinowski colocam aos indígenas permite ver uma panorâmica ampla da sua organização social. Aqui é possível ressaltar uma diferença importante em relação à tradição evolucionista vitoriana, naquilo que teóricos como Frazer (2002[1890]) indicaram a respeito das relações em sociedades chamadas «primitivas», onde a magia e o ritual são vistos como comportamentos errados que serão mudados uma vez que os povos sejam desenvolvidos.

Um dos aspectos elementares que podem ser observados na análise sobre o *Potlatch* e o *Kula* consiste no sistema normativo que vincula os sujeitos, os grupos, os clãs e sub clãs, e, como o sistema contém padrões de comportamento que se ligam ao mesmo tempo a crenças e proibições. Isto porque as proibições constituem outra peça notável no estudo das sociedades. Mauss (2003[1926]) utiliza a ideia de morte como eixo para analisar o comportamento dos nativos mostrando que a magia e as proibições que ela pode dar, constituem um padrão social que delimita as crenças. Chegando a estar a visão da crença coletiva acima das condições físicas dos indivíduos.

...a crença de morte coincide normalmente com uma ruptura de comunhão, seja por magia, seja por pecado, com as forças e coisas sagradas cuja presença normalmente o sustenta. A consciência é então invadida por ideias e sentimentos que são totalmente de origem coletiva, que não revelam nenhum distúrbio físico. A análise não chega a perceber nenhum elemento de vontade, de escolha ou de ideação voluntária da parte do paciente, ou mesmo de distúrbio mental individual, exceto a própria sugestão coletiva. O indivíduo acredita-se enfeitiçado ou julga-se em pecado, e morre por essa razão. (p. 725)

A doença é vista desde uma perspectiva mágica, onde a sua causa é dada por feitiçaria ou a violação de alguma proibição que se julga desde o coletivo. Aliás, a ideia de uma influência coletiva ganha força com a interpretação que faz Durkheim (2009[1912]) sobre a religião em povos nativos e as regras dadas pela sociedade. Existe uma interessante relação entre a questão de Mauss sobre a morte coletiva e de Durkheim sobre a sociedade que atua de maneira totalizante. Por uma parte, é a coletividade que estabelece quem tem uma doença

partindo de uma causa moral que faz de um indivíduo morrer ou curar, e, por outra parte, a sociedade opera em um cenário vinculante a todas as partes de uma coletividade constituindo padrões globais de ação. Então, tanto na ideia de Mauss como de Durkheim tem uma força moral que integra as relações, as crenças e as ações nos grupos e coletividades.

A respeito disse Durkheim (2009[1912]):

De uma maneira geral não há dúvida de que uma sociedade tem tudo o que é preciso para despertar nos espíritos, pela simples ação que exerce sobre eles, a sensação do divino; pois ela é para seus membros o que um deus é para seus fiéis. Com efeito, um deus é antes de tudo um ser que o homem concebe, sob certos aspectos, como superior a si mesmo e do qual acredita depender. (p. 96)

Considerando que entre Mauss (2003[1926]) e Durkheim (2009[1912]) existe uma clara diferença enquanto o primeiro desenvolve uma interpretação que coloca o indivíduo como alguém que está imerso na sociedade, mas também destaca-se ou separa-se dela em alguns momentos (por exemplo no cerimonial: pela máscara, pelo seu título, pela

sua posição, sua função); e o segundo, coloca a sociedade como uma figura totalizante que abrange todos os aspectos da coletividade e quem a integra; é também notável observar que os dois autores conseguem-se aproximar na identificação da crença mágica e religiosa colocando-a como eixo articulador na ordem coletiva.

Durkheim (2009[1912]) identifica a religião como instituição abrangente, sendo a expressão do normativo que regula uma coletivi-

dade, ademais, equipara as religiões argumentando que todas possuem uma base natural que responde às mesmas necessidades.

...todas são igualmente religiões, como todos os seres vivos são vivos [...], portanto, se nos dirigimos às religiões nativas, não é com a ideia de depreciar a religião de uma maneira geral; pois essas religiões não são menos respeitáveis que as outras. (p. 96)

A religião, assim como a magia, representa aquela peça na qual coloca-se a base da organização de toda sociedade, sendo o princípio

divino imanente na compreensão da vida mesma e na constituição do pensamento nativo.

## Totemismo

Uma vez que a religião e a magia têm sido apresentadas à luz de Mauss e Durkheim, cabe ainda se perguntar pelas manifestações que os sistemas de crenças assumem em sociedades nativas. Apesar de haver regiões onde não seria aplicável<sup>3</sup>, os autores encontraram que os sistemas totêmicos ajudam a explicar em grande parte a forma como opera a passagem de crenças para instituições, normas, trocas, chefias, entre outros aspectos inseridos à organização social. Em outras palavras, os sistemas religiosos se caracterizam por âmbitos de representações figurativas baseados principalmente em animais e plantas (algumas vezes em elementos como o fogo e os astros, e mais rara vez em objetos). A partir dessa perspectiva, as crenças e a religião mesma, fazem uso de representações para estabelecer seu próprio ordem e para dar classificações entre os integrantes da coletividade. Esse princípio que permite a materialização da crença, assim como os preceitos morais que definem as proibições, é o *totem*.

Colocado em termos de Lévi-Strauss (2012[1955]), as sociedades para garantir sua existência, necessitam criar formas normativas que limitem as ações dos homens e abram a possibilidade de novas alianças, o qual pode ter como pano de fundo um sistema de crenças e um conjunto de proibições. Mas sempre, o propósito tácito reside na ampliação dos parentes. Sendo assim, o totem aparece como um elemento vinculante, como a ferramenta predileta para juntar os grupos sociais.

Já desde finais do século XIX James Frazer (2002[1890]) relacionava o totemismo com seu estudo sobre a magia. Definindo o totem como uma classe de objeto material a que os nativos veneram porque acreditam na existência de uma íntima relação entre eles e cada um dos objetos (Frazer, 1946). Segundo com a análise de Durkheim (2009[1912]) sobre o totemismo, a classificação feita por Frazer permite observar algumas questões importantes: como sistema religioso, se manifesta através de mútua proteção entre homem e seu totem, e como ordem social, se caracteriza por relações especiais entre membros de um mesmo clã.

3. É necessário esclarecer que não são todos os povos indígenas que possuem ordem totêmica. Sendo os povos da América do Sul (terras altas e baixas) e Mesoamérica, um claro exemplo. Embora, questões

como as nomeações, a ligação com lugares, a relação entre espaço material e cosmologias, são elementos que permitem observar semelhanças ontológicas.

...assim, o totem é antes de tudo um símbolo, a expressão material de alguma outra coisa. Mas de quê?

Da análise mesma a que procedemos, resulta que ele exprime dois tipos de coisas diferentes. De um lado, é a forma exterior e sensível daquilo que chamamos de princípio ou deus totêmico. Mas, por outro lado, é também o símbolo dessa sociedade determinada que é o clã. O totem é sua bandeira, o sinal pelo qual cada clã se distingue dos demais [...] (p. 100)

O totem expressa a essência da religião em termos materiais e concretos, ademais, parece que o totem expressa a síntese entre o social e o mítico, entre o clã e a crença. As pessoas que se identificam com um totem acreditam que o seu passado vem da figura que lhes representa. Assim, por exemplo, os Iroqueses do clã Tartaruga acreditam que procedem de uma tartaruga que achando sua concha muito pesada conseguiu, com esforço, se libertar dela, e pouco a pouco foi se transformando até conseguir ser humano.

Sabendo que o totem atua como aquele elemento que por excelência vincula os grupos sociais concedendo-lhes identidade, suporte religioso e um compêndio normativo, Durkheim (2009[1912]) sugere que entre os indígenas é ainda mais fácil encontrar dita ação coletiva vinculante, porque eles estão inteiramente submetidos a lógicas grupais. A força que faria que o indígena fique agindo de uma certa maneira vem de fora dele, não lhe é inerente, essa força é comunicada através do totem.

Por outra parte, Lévi-Strauss (2006[1962]) cita como para um nativo Osage, na Norte América, o totem além de ser contido por uma figura animal, é a representação figurativa de uma força maior. Essa força maior, como sugere Durkheim, é a sociedade mesma. Da reunião da coletividade e a efervescência que ela envolve é que se constitui a religião e seu emblema seria o totem. A religião, e mais amplamente a sociedade, através do totem concede posições, responsabilidades e funções específicas classificando os integrantes, grupos e clãs. Daí a ideia de que um sistema classificatório nas sociedades nativas deve passar pela organização que outorga o totemismo: se existe algum referente a partir do qual se pode entender ou pelo menos aproximar aos sistemas de pensamento nativos, é através dele. Lévi-Strauss em seus trabalhos *O totemismo hoje* (2018[1962]) e *O pensamento selvagem* (2006[1962]) expõe

de forma ampla porque o pensamento nativo, o qual chama de pensamento selvagem, deve-se entender como uma forma de conhecimento lógica e detentora de uma grande capacidade classificatória. O autor desenvolve através de uma enorme quantidade de exemplos, seu argumento de que, a lógica da classificação dos nativos (a ciência do concreto) possui uma estrutura organizada que em casos como a classificação das plantas pode ser maior que a da ciência botânica ocidental.

De acordo com Lévi-Strauss, o pensamento selvagem se articula a partir das relações entre partes que vêm do passado e se misturam com outras de distintas épocas, formando um sistema classificatório que, ainda usando elementos diacrônicos possuem uma lógica. Aliás, cada elemento que faz parte de um sistema tem um nível de vinculação estrito, ao ponto que cada eleição e movimento de um dos elementos trará uma reorganização completa da estrutura. Assim, para o autor, os sistemas totêmicos estão contidos numa lógica de dualidade, que por sua vez, compõem as estruturas.

A melhor forma de entender o sentido com que opera o pensamento nativo talvez seja a partir da analogia da *bricolagem* que propõe Lévi-Strauss (2006[1962]). Esta forma tem a particularidade de atuar a partir de fragmentos para construir relações entre partes que existem previamente. Segundo o autor, sociedades indígenas e seus mitos operam em formato de bricolagem, dinamizando elementos que já foram concebidos, mas que não operam por si só, mas através de significados que surgem em conjunto. Tanto a bricolagem como o mito não vêm de um devir puro, o que lhes deixa num espaço aberto, com múltiplas ferramentas de vários momentos que se relacionam e constroem novas estruturas a partir do que se possui.

No sentido amplo, a bricolagem atua com ferramentas que não foram feitas para uma tarefa específica, fazendo uso delas a partir do princípio de arranjar-se com os meios-limites, porque as ferramentas que possui são resultado de processos heteróclitos que conjugam partes de construções e destruições anteriores. (Lévi-Strauss, 2006[1962], p. 51)

Voltando à questão do dualismo, o autor vai dizer que, nos povos indígenas se encontram sistemas classificatórios binários que se dividem em metades em oposição, o qual pode-se encontrar em diversas formas: alto-baixo, céu-terra, trovão-terra, dia-noite, Verão-inverno, direta-esquerda, oeste-leste, paz-guerra, sagrado-profano... conforme os grupos, embora possa haver também sistemas ternários, quaternários ou quinários. Esse conceito de metades se expressa nos clãs, onde cada um se diferencia em relação aos outros pela pertença totêmica.

Embora, entre as organizações clânicas existe também uma lei de correspondência que permite entender um sistema em comum para todas as espécies e que corresponde às partes do corpo dos animais ou plantas. Assim, por exemplo, o autor dá o exemplo da relação que estabelecem diferentes clãs Osages ao redor das partes do corpo dos seus animais totêmicos: o puma, urso, águia, cervo, cisne... todos podem-se colocar em grupos de partes, assim por exemplo: patas negras, focinho negro, cauda negra, enquanto esses grupos

de partes reunidas, compartilham o sentido pelo carvão (faz parte de um rito ao qual estão sujeitos os guerreiros) representado pela cor preta (Lévi-Strauss, 2018[1962]).

A classificação a partir das partes e as cores é fundamental na análise. O caráter interessante dessas decomposições dos animais totêmicos (diversos) em partes (semelhantes) está em que se dá um duplo movimento de destotalização e retotalização. O que sugere uma reinterpretação das relações sociais evocadas mais uma vez à construção de sistemas inter-relacionados. O animal serve como instrumento conceitual para expandir as relações grupais. Desta forma as classificações totêmicas operam tendo entre suas funções principais promover a noção de uma humanidade sem fronteiras, que procura romper o fechamento do grupo sobre si mesmo<sup>4</sup>. Esse caráter de ampliação se reconhece como um processo de universalização que faz construir filiações entre grupos e clãs. Desse modo, quem possui o mesmo totem considera-se parente.

## Conclusão

Apesar de uma origem nebulosa onde a antropologia poderia ser acusada na atualidade, por um lado, como uma disciplina orientada por preceitos evolucionistas que serviram para exercer uma análise julgativa de outras sociedades não ocidentais, sob a premissa de que estariam na base, e, portanto, em processo de evolução. E por outro lado, como instrumento para o acesso e domínio das regiões onde a coroa britânica tinha interesses geopolíticos; não se deve tirar conclusões apressadas, pois em pouco tempo, a disciplina veio ganhar ampla independência e desenvolver metodologias e enfoques que serviram para elucidar

a complexidade da ordem ontológica e da organização social que possuem as sociedades não ocidentais.

Os autores aqui abordados, havendo superado os enfoques evolucionistas focaram seus estudos à compreensão dos sistemas classificatórios das sociedades nativas, coincidindo em definir que para estas, âmbitos da vida social (seja normas, chefias, economia de troca) estão sempre imbricados numa ordem religiosa que opera como agência vinculante e organizadora dos coletivos. Nesse sentido, pensar em sistemas de troca, relações de pa

4. Vale lembrar que como Lévi-Strauss (2012[1955]) demonstrou, a inversa da sociabilidade, ou seja, o fechamento do grupo, evoca o quebrantamento do principal tabu entre as sociedades, referido ao incesto.

rentesco e consolidação de hierarquias, coincide com a constituição de espectros morais que determinam o papel que cada pessoa, grupo ou clã cumpre dentro de uma coletividade. Para abordar essa questão, Durkheim, Mauss e Lévi-Strauss dedicaram parte das suas análises aos sistemas totêmicos que operam em sociedades tribais.

Os sistemas totêmicos apesar de não operarem de forma consciente em todas as sociedades nativas, servem como referência de análise para entender como a religião —de forma inconsciente— é constituída

como âmbito normativo que regula e classifica a organização social. Nesse sentido, Lévi-Strauss identificou que inerente a qualquer sociedade, o tabu, em representação de totem, é a forma de controle para o incesto, o qual faz com que as relações intertribais sejam abertas em processos de construção de parentescos. De maneira que pode ser dito que, as classificações totêmicas operam promovendo a noção de uma humanidade sem fronteiras.

## Bibliografia

- Boas, F. (1995[1910]). *Race, Language and culture*. University of Chicago Press.
- Boas, F. (2014[1927]). *Arte Primitiva*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Durkheim, É. (2009[1912]). *As formas elementares da vida religiosa*. Martins Fontes.
- Escobar, D. (2022). Autoridad etnográfica: trabajo de campo y producción de conocimientos compartidos. *Tabula Rasa*, 43, 223-241. <https://doi.org/10.25058/20112742.n43.10>
- Frazer, J. (1946). *El totemismo. Estudio de etnografía comparada*. Editorial Kier.
- Frazer, J. (2002[1890]). *The Golden Bough: A Study in Religion and Magic*. Dover Publications.
- Ingold, T. (2000). Hunting and gathering as ways of perceiving the environment. En T. Ingold, *The Perception of the Environment* (pp. 40-60). Routledge.
- Leclerc, G. (1973). *Antropología y colonialismo. Comunicación*.
- Lévi-Strauss, C. (2006[1962]). *O pensamento selvagem*. Papirus Editora.
- Lévi-Strauss, C. (2012[1955]). *Estruturas elementares do parentesco*. Vozes.
- Lévi-Strauss, C. (2018[1962]). *O Totemismo Hoje*. Edições 70.
- Malinowski, B. (1990[1944]). *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*. The University of North Carolina Press.
- Malinowski, B. (2018[1922]). Características essenciais do Kula. En B. Malinowski, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia* (pp. 149-76). UBU.
- Mauss, M. (2003[1926]). Efeito físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade. En M. Mauss, *Sociologia e antropologia* (pp 343-364.) Cosac Naify.
- Mauss, M. (2003[1934]). As técnicas do corpo. En M. Mauss, *Sociologia e antropologia* (pp. 397-420). Cosac Naify.
- Mauss, M. (2013[1925]). Ensaio sobre a dádiva. forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Cosac Naify.
- Morgan, L. (1985[1877]). *Ancient Society*. University of Arizona Press.
- Stocking, G. (1987). *Victorian Anthropology*. Free Press.
- Tylor, E. (2016[1871]). *Primitive Culture*. Dover Publications.